

SÍNDROME DE DOWN: HÁ INCLUSÃO EFETIVA NO TRABALHO E NA ESCOLA?

Alice Dib Magalhães¹, Linda Maria Oliveira Santos Azevedo de Jesus², Nathália D' Athayde Gall Silvestre³ Wilian da Silva Nunes¹, Thailenny Dantas Rezende².

¹Colégio Classe A – Campo Grande- MS

alicedibmagalhaes@gmail.com¹, linda.maria.oliveira.0@gmail.com², thailennyrezendedantas@gmail.com³,
Wilianunes@colegioclasseams.com¹, thailennyrezendedantas@gmail.com²

Área/Subárea: Ciências Sociais e Aplicadas/ Serviço Social

Tipo de Pesquisa: Científica

Palavras-chave: Síndrome de Down, Inserção, Mercado de trabalho, Escolaridade.

Introdução

Caracterizada como uma deficiência intelectual, a síndrome de Down (SD) conhecida também como “trissomia do 21”, é uma doença cromossômica causada por um cromossomo a mais no par 21, promovendo alterações físicas e cognitivas no indivíduo. Com o advento das pesquisas na área da genética realizadas no século XX, a deficiência passou a ser caracterizada como um acidente genético e não apenas como uma degradação social de um grupo, porém, mesmo com outras percepções os estigmas e a produção de desigualdades ainda se reverberam (WOU, 2007). Visto que, de acordo com a Organização do Movimento Down (2012) essa é a realidade de cerca de 270 mil brasileiros aproximadamente.

Trazendo para o contexto de inserção ativa do SD no mercado de trabalho formal e na escola, o amparo legal por meio da lei de cotas (nº 8.213/1991) proporciona maior formalidade e impulsiona a busca de empresas e instituições para a contratação e capacitação, respectivamente, de pessoas com deficiência. Entretanto, de acordo com Moreira *et al.* (2011) é necessário entender e compreender a congruência entre os discursos e as práticas existentes, pois, a inclusão do SD não é apenas um direito constitucional, mas gera a continuidade e promove os resultados de estimulação na fase infante-juvenil. Visto que, um dos grandes problemas que interligam as facetas da escola e do mercado de trabalho, são as questões da baixa escolaridade e pouca qualificação das PcDs, sendo um dos principais dificultadores na inserção dos SD dentro de suas formalidades. Além disso, dentro dos aspectos característicos, nesses ambientes, a deficiência intelectual é a que possui maior dificuldades de inserção quando comparada com a deficiência física, auditiva e visual (ARAÚJO; SCHMIDT, 2006).

Todavia, é preponderante ter conhecimento sobre os aspectos que norteiam a inclusão e como ela se reverbera em áreas importantes na participação social dos indivíduos, como a escola e o mercado de trabalho. Nesse sentido, através de pesquisas bibliográficas e entrevistas com uma profissional da área, será possível demonstrar como ela se configura e quais as construções da inclusão efetiva.

Metodologia

A metodologia foi dividida em duas etapas, sendo que a primeira se deu por meio de estudos preliminares, através de pesquisas bibliográficas nas plataformas “SciELO” e “Google acadêmico”, utilizando palavras chaves pertinentes à temática. Sendo que, através da leitura dos artigos foram elaboradas sínteses que auxiliaram na compreensão de como a inclusão pode ser realizada na prática escolar e como a inserção pode ser empregada no mercado de trabalho, além disso, posteriormente serviram como arcabouço teórico para o desenvolvimento da outra parte metodológica.

Dessa forma, a segunda etapa foi realizada com base no trabalho de Leite e Lorentz (2011) que consistiu no desenvolvimento de uma entrevista semi estruturada com base na percepção de uma profissional sobre a temática e seus parâmetros, seguindo uma estruturação flexível para o andamento do diálogo, abrangendo aspectos mais amplos da inclusão no trabalho e na escola.

Nesse sentido, a entrevista foi conduzida online por meio do contato com uma ex-funcionária da APAE de São Gabriel do Oeste que possui grande vivência na área, além do contato direto com o cotidiano de pessoas com síndrome de Down e seus familiares. Todas as respostas foram descritas após a assinatura, autorizando a utilização das informações no presente trabalho.

Resultados e Análise

Consoante com a entrevista, para preservação da ex-funcionária no trabalho descritivo, o nome citado será modificado, sendo utilizada a sigla E de entrevistada nos momentos de citação da fala.

Com isso, com base em uma das respostas, foi relatado que a inclusão escolar de uma criança com síndrome de Down, ou com qualquer outra deficiência intelectual neste período da vida costuma ter resultados muito positivos, tanto para a própria criança deficiente, quanto para as demais crianças da instituição. “A convivência entre os discentes que não tem SD é muito importante, pois elas servem como exemplos para as que têm a síndrome. Nesse sentido, o desenvolvimento é influenciado, diretamente, pelo relacionamento com pessoas da mesma idade e por meio de diferentes situações, sendo

APOIO



REALIZAÇÃO



que, cabe ao professor ajudar nesse processo, assim como auxiliar o aluno deficiente, caso ele precise desse apoio” (E).

Ademais, na maioria dos casos observa-se que as escolas recebem e incluem as pessoas com SD de forma tranquila, mas nem sempre há a disponibilidade de professores auxiliares, promovendo uma série de problemas em relação ao profissional docente, pois, “é preciso entender que o processo de aprendizagem para as pessoas com SD são mais lentos que os demais, mas nem por isso podem ser alvos de exclusão, pois a ação educativa é através de estímulos e efetiva participação. Dessa forma, cada aluno deve ser tratado de acordo com suas características e demandas, as dificuldades devem ser avaliadas buscando entender uma forma de supri-las” (E), mas infelizmente nem sempre isso ocorre na prática.

Mormente, relacionado ao mercado de trabalho, pode-se observar que em geral há a contratação de pessoas com SD por conta da Lei de Cotas, isso faz com que as inclusões aconteçam mediante a essa regularização da empresa. “As escolas e o mercado de trabalho estão em cumprimento da lei ao incluir” (E). Isso promove a reflexão, sobre o que é de fato efetivo, pois, conforme Leite e Lorentz (2011) quando essa atitude tem como principal objetivo apenas o cumprimento legal, no intuito de que haja adequações formais, não avaliando de fato as potencialidades do empregado, não há uma significância no que de fato deveria ser inclusivo.

Neste caso, é de extrema importância que o estabelecimento promova um ambiente facilitador e acolhedor, para que o contratado consiga se adequar nas políticas e práticas por meio de recursos humanos, “com base em treinamentos para que a pessoa com SD consiga exercer a função laboral que deve estar de acordo com as suas habilidades” (E).

Dessa forma, fica em evidência nessas informações que “qualquer pessoa que não está nos padrões conservadores podem sofrer preconceitos, mas existem leis que asseguram a permanência nos espaços de trabalho e escola sem que haja vivência de violência e preconceito”(E), porém o amparo legal não deve ser o propulsor da inclusão, sendo necessário a formação continuada dos profissionais, o treinamento emocional e a base escolar sólida estarem atreladas.

Considerações Finais

A partir da pesquisa bibliográfica observa-se que a questão da inserção da pessoa com síndrome de Down passa por diversas questões, relacionados a produção de preconceitos e dificuldades, sendo que a legislação apesar de exercer algumas obrigatoriedades não faz com que a inclusão ocorra na prática de maneira tão assertiva. Portanto, com base no

objetivo norteador do projeto, através da entrevista foi possível refletir e compreender os percalços por trás dos processos que ocorrem na inserção do SD dentro das escolas e no mercado de trabalho. Sendo assim, é possível compreender como poderia ser desenvolvido um espaço inclusivo com base em atitudes que promovam um ambiente acolhedor e facilitador.

Agradecimentos

Com muita gratidão registramos nosso reconhecimento às seguintes instituições: Colégio Classe A, Instituto Federal, Grupo Arandú e Universidade Federal pela propagação da divulgação científica através de eventos que impulsionam o contato dos estudantes com a resolução de problemas e o desenvolvimento de pesquisas na educação básica.

Referências

ARAÚJO, J. P; SCHMIDT, A. A inclusão de Pessoas com Necessidades especiais no Trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 12, n. 2, p.241-254, 2006. Acesso em: 01 set. 2023.

LEITE, Priscilla Vieira; LORENTZ, Cacilda Nacur. Inclusão de pessoas com síndrome de Down no mercado de trabalho. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 5 n. 1, p.114-129, jul./dez. 2011. Acesso em: 10 ago. 2023.

MOREIRA, L B; CAPPELLE, M C A; CARVALHO-FREITAS, M N. A dinâmica identitária de pessoas com deficiência: um estudo no Brasil e nos Estados Unidos. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35., 2011. Rio de Janeiro. Acesso em: 09 ago. 2023.

Organização Movimento Down. 2012. Disponível em: Acesso em: 10 ago. 2023.

WOU, Andréa S. A construção social da síndrome de Down. Cadernos de psicopedagogia. v.6, n.11 São Paulo, 2007. Acesso em: 09 ago. 2023.